Políticas Públicas e Direitos Humanos: Uma visão das leis e justiça humanizada

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Anna Gabriella Roagana Moreira Carvalho Bimbi

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

Introdução

O artigo discute como a Psicologia brasileira, historicamente marcada por práticas de normalização, higienização e patologização dos sujeitos, vem sendo convocada a repensar seu papel nas políticas públicas a partir da perspectiva dos direitos humanos. Gesser contextualiza o desafio de atuar em um cenário contemporâneo permeado por processos de pedagogização e medicalização da vida, que transformam questões sociais em problemas individuais e biológicos. A autora propõe fundamentos teórico-metodológicos inspirados na perspectiva ético-política de Sawaia e na psicologia histórico-cultural de Vygotski, enfatizando que a prática profissional deve romper padrões normativos e opressores, considerar a subjetividade como construção histórico-social, potencializar os sujeitos para superar exclusões e promover a participação social na formulação de políticas.

Objetivo

Apresentar pressupostos teórico-metodológicos que qualifiquem a atuação do psicólogo nas políticas públicas, fundamentando-a nos direitos humanos.

Material e Métodos

Trata-se de um ensaio teórico que articula revisão crítica da literatura em Psicologia, direitos humanos e políticas públicas, dialogando com autores como Sawaia, Vygotski, Sen e Patto. A autora revisita a história da Psicologia no Brasil para evidenciar seus compromissos históricos com a ideologia dominante e analisa documentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e produções do CREPOP que orientam práticas comprometidas com os direitos humanos. A metodologia consiste em análise conceitual e argumentativa, propondo categorias de atuação profissional que rompam com a naturalização da desigualdade e da medicalização da vida.

Resultados e Discussão

Gesser analisa que a Psicologia, mesmo avançando em uma prática crítica, ainda reproduz discursos medicalizantes e normalizadores, sobretudo em contextos escolares, de saúde e de atenção à diversidade. Para enfrentar esse quadro, propõe quatro eixos para a atuação em políticas públicas: (1) romper padrões normativos e opressores, questionando modelos que naturalizam desigualdades de gênero, classe, raça, sexualidade e deficiência e denunciando a medicalização como estratégia de controle biopolítico; (2) considerar a subjetividade como resultado de relações histórico-sociais, superando reduções a fatores internos ou determinismos externos;

(3) potencializar o sujeito, ampliando sua potência de ação, conceito de Sawaia que integra emoção, razão e participação coletiva para superar o sofrimento ético-político; e (4) promover a participação social, incentivando a presença ativa dos cidadãos na construção e fiscalização de políticas públicas para fortalecer a democracia.

Conclusão

A atuação do psicólogo em políticas públicas exige compromisso ético-político com a potencialização dos sujeitos, rompendo práticas de normalização e medicalização. A defesa dos direitos humanos deve superar o legalismo, incorporando a dimensão subjetiva e coletiva da cidadania para efetivar transformações sociais.

Referências

GESSER, M. Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. esp., p. 66–77, 2013. Principais autores dialogados: Sawaia (2002, 2005), Vygotski (1996), Patto (1999, 2009), Bock (2009), Sen (2010). https://www.scielo.br/j/pcp/a/jmLTTRQNwjmZbZr899JvJ8K